



Julio Vilela

**E**m meio à frustração e gritaria geral contra os acanhados resultados da Rio+20, uma voz se levanta a favor do conteúdo embutido nos 283 tópicos do documento final, submetido aos chefes de Estado presentes à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro. E não se trata de uma voz qualquer. Especialista no tema, José Eli da Veiga, autor de 20 livros sobre sustentabilidade, se diz otimista, depois de analisar com lupa cada item do prolixo texto aprovado.

“Eu estou na contracorrente dessa choradeira geral”, proclama o professor dos programas de pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), presente aos debates da Conferência.

Cauteloso, embora otimista, cita como grande conquista a resolução sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que precisarão ser formulados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) até 2015, na mesma linha do estipulado para os Objetivos do Milênio (ODM), que também ficaram para 2015. O processo, portanto, foi desencadeado.

“Será muito importante a definição, nos próximos três anos, de quais serão esses objetivos. E

houve alguns resultados práticos, como a formação de um grupo de trabalho de 30 pessoas indicadas pelas cinco comissões regionais da ONU encarregadas de preparar as métricas”.

Na opinião de José Eli, isso representa um grande salto, que poderá levar a uma nova maneira de se medir o desenvolvimento sustentável, um novo indicador capaz de substituir o uso do Produto Interno Bruto (PIB) como bússola.

Os objetivos de sustentabilidade deverão definir quais serão as pegadas de carbono e nitrogênio aceitáveis para inibir o desastre ambiental e a extinção das espécies. “Hoje já ultrapassamos três das nove grandes fronteiras ecológicas: a biodiversidade, o aquecimento global e a ruptura do ciclo do nitrogênio”, adverte.

Avanços e recuos – Apesar da avalanche de controvérsias, o professor cita outros dois pontos principais do documento O Futuro que Queremos, em que ocorreram avanços: a alternativa à criação de uma agência específica da ONU para tratar do desenvolvimento sustentável e os rumos da chamada economia verde. Durante os trabalhos preparatórios, já estava claro que tais temas não seriam incluídos da forma originalmente proposta.

Era esperado que o conceito de economia verde, formulado com o objetivo de destravar o percurso do desenvolvimento sustentável, fosse sofrer um desmanche, como realmente aconteceu. O documento não seguiu a versão originalmente proposta, mas, segundo José Eli, a diluição do conceito foi menor do que se previa.

# Uma voz a favor

*Autor de 20 livros e de centenas de artigos em publicações nacionais e internacionais sobre a questão da sustentabilidade, e um dos primeiros a se debruçar sobre o tema, no início da década de 1970, o economista e professor da Universidade de São Paulo (USP), José Eli da Veiga, trafega na contramão dos críticos à Rio+20. Numa análise com lupa do texto final, aponta avanços e também algumas decepções. Mas enfatiza a necessidade de ser quebrado o tabu da redução das desigualdades, a chave mestra para que se comece a falar sério sobre desenvolvimento sustentável.*

Por Yolanda Stein

O terceiro capítulo diz que só pode ser considerado verde o investimento que promover a inclusão social por intermédio de trabalho decente e sem aumentar a pegada ecológica. “Se consumidores e contribuintes pressionarem empresas e governos nessa direção, só faltará quebrar o tabu da redução das desigualdades para que se comece a falar sério sobre desenvolvimento sustentável”, afirma o professor.

Ao longo do documento, a economia verde aparece sempre no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, mas a redução das desigualdades não é contemplada, constituindo essa premissa o calcanhar de Aquiles para se atingir a desejada sustentabilidade. Ele afirma que poucos investimentos no Brasil hoje podem ser considerados verdes. Os bancos, ao analisarem investimentos, a rigor deveriam avaliar esses critérios.

Também, como já estava previsto, não saiu a propalada agência especializada, mas José Eli entende que se forem colocados em prática os oito pontos mencionados no documento, o resultado pode ser até melhor. E, de lambuja, ainda prevê a criação de um Fórum de Desenvolvimento Sustentável de alto nível, que substituirá a frágil atual Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Se esses pontos serão seguidos ou não é uma questão difícil de ser avaliada no momento.

Um dos argumentos em favor da criação da agência é que, nesse caso, haveria o financiamento universal, enquanto hoje pouco mais de 60 países financiam o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Mas a lupa de José Eli mostra que já no primeiro ponto este argumento cai por terra,

ao determinar que o financiamento passe a ser feito pelos 193 países, o que fortalece o programa.

Os diplomatas e técnicos sabiam das dificuldades de transformar o Pnuma numa agência especializada. Embora se trate de um pleito legítimo – até os Correios têm uma agência na ONU –, a oposição era muito forte, principalmente por parte dos Estados Unidos, contrários a qualquer iniciativa que aumente a burocracia internacional. A ONU, com 14 agências, que vão dos alimentos ao turismo, passando por saúde e trabalho, não cria uma nova desde os anos 1970.

Além de salvar do propalado naufrágio os dois pontos que considera principais, José Eli aponta outros ganhos da Conferência. Muitos temas que estavam de fora entraram na pauta, como o caso dos oceanos, contemplado com 20 parágrafos.

Mesmo assim, não foi desta vez que o palpitante tema ganhou o merecido destaque. Apesar de ter avançado durante as discussões preparatórias, houve recuo na reta final, o que suscitou uma bateria de críticas. “Os oceanos foram os grandes esquecidos de todas as cúpulas. Desde a cúpula de Estocolmo, há 40 anos, ficaram de lado, embora sejam mais importantes do que as florestas para a regulação térmica do planeta”, reconhece o professor.

Portanto, a expectativa de que a Rio+20 ficasse conhecida como a Cúpula dos Mares foi frustrada com a retirada da ideia de um tratado sobre as cobiçadas águas internacionais. “Isso foi decepcionante”, admite José Eli. Ele destaca que hoje há comprovadamente 400 zonas mortas nos territórios marítimos.

mos, fator tão importante quanto o aquecimento global.

Outro tema esvaziado no documento da Conferência refere-se à estratégica questão da energia. Nem a proposta do próprio secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon, sobre a necessidade de que 1,4 bilhão de excluídos no mundo tenham acesso à energia, foi aprovada na íntegra.

Ficou fora do texto a exigência de dobrar a participação das energias renováveis na matriz energética mundial até 2030, assim como a de duplicar o aumento da eficiência energética. Evitou-se qualquer compromisso com datas. Assim como a proposta de suprimir os subsídios aos combustíveis fósseis não foi contemplada no texto final.

Desigualdade é a chave – A erradicação da pobreza, premissa sempre presente no documento, embora seja a prioridade das prioridades, não significa que por si possa resolver o problema das desigualdades. “Isso é falso; pode haver a erradicação da pobreza com aumento da desigualdade”, afirma José Eli. E o combate à desigualdade permanece sendo um tabu, ficando fora da pauta, reitera.

O grande problema global, segundo ele, são justamente as desigualdades, que se apresentam de várias formas: entre países ricos e pobres e entre ricos e pobres de um mesmo país, onde as elites consomem como as dos países desenvolvidos, ao lado de uma massa de pessoas que nem consomem.

“Para resolver essas desigualdades só a distribuição de renda não é suficiente. Há necessidade de acesso à saúde e à educação, que são desigualdades mais importantes que as de renda. Se um país está conseguindo melhorar o acesso à educação e franqueando o acesso à saúde, e se ainda assim persistir uma desigualdade de renda, ela então será menos grave.”

A desigualdade aparece na brutal assimetria entre os 20% da população, responsáveis por 80% do consumo, e os outros 80% da população, que ficam com 20% do consumo. Essa é a grande questão por trás de tudo, constata o professor da USP.

Vítimas das desigualdades, a maioria dos 193 países reunidos na Rio+20 dispõe de elevado crédito ecológico. Isso porque a pegada ecológica deles é inferior à biocapacidade global, ou seja, as pressões que exercem sobre os ecossistemas não atrapalham a regeneração da biosfera.

O motivo é simples e trágico: sendo muito pobres, não consomem e, assim, não ameaçam a ecologia. Se dependesse desses países o mundo não estaria ultrapassando as fronteiras ecológicas e, por uma questão negativa, haveria crédito ecológico e não déficit, explica José Eli.

De outro lado, existem países com pegadas ecológicas altíssimas, consequência do elevado desenvolvimento humano, onde a erradicação da pobreza já resultou numa estabilização populacional. Mas trata-se de um lado ainda quase vazio, pois é preenchido por apenas dois países: Alemanha e Japão.

O abismo existente entre países ricos e pobres é o pilar que sustenta os argumentos contra a economia verde, presentes também no processo de negociações da atual rodada. Um discurso repetido pelos países do Sul, que formam o G-77, e

que vem emperrando as negociações ao longo do tempo.

É mais ou menos assim: “Nós continuamos pobres porque existe uma conspiração dos países ricos para que a gente não se desenvolva”. Ou seja, as exigências de uma economia verde iriam de encontro aos anseios de crescimento desses países.

Eles nem mesmo se abrem para uma crítica mais construtiva, que seria a rejeição da proposta original do Pnuma sobre economia verde, considerando-a necessária, mas não suficiente para tornar sustentável o desenvolvimento.

Ao contrário, se valem de quatro argumentos classificados como vira-latas pelo professor José Eli: barreiras às exportações dos países do Sul; marginalização dos objetivos sociais, diminuindo a importância e a urgência do direito ao desenvolvimento; restrição à ajuda oficial aos países pobres; e violação do princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Estes argumentos – afirma – são usados pelos países pobres contra a economia verde e os emergentes se aproveitam para pegar uma boa carona, mas eles não se sustentam. “A melhor coisa que poderia acontecer para a Europa hoje é que houvesse crescimento econômico no resto do mundo. Não interessa uma África subdesenvolvida, ao contrário, seria melhor se fosse desenvolvida.”

A receita é a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Muitos investimentos que no passado causavam estragos ecológicos hoje podem tornar-se sustentáveis, aponta o professor. “Se os países lançarem mão de energias alternativas, construirão matrizes energéticas não necessariamente em cima de petróleo, carvão e gás, o desenvolvimento não deverá ter o mesmo tipo de impacto ecológico ocorrido nos países que se desenvolveram antes.”

Ele pondera: “Não se trata de quanto se deve crescer, mas como crescer. Por exemplo, o Brasil tem um grande déficit em saneamento básico, sendo este, sem dúvida, nosso maior problema socioambiental. *Grosso modo*, pode-se dizer que metade da população não tem acesso a um esgotamento sanitário razoável. Diferentemente de querer investir em usinas de carvão, por exemplo, investimentos nessa área puxariam um crescimento de qualidade”.

A questão é a qualidade do crescimento e não de crescer pouco ou muito. Se o investimento for de qualidade, o melhor seria crescer muito. É complicado, porque países situados na África e Ásia enfrentam situações extremas de pobreza e desigualdade e a opção deles é crescer ou crescer. Se existe uma população faminta, tem que haver um jeito de alimentá-la. Por isso precisam de mais ajuda por parte dos países ricos.

“Os pobres reivindicam a doação de 1% do PIB por parte dos países desenvolvidos, mas isso nunca aconteceu, embora seja pouco e poderia chegar a 2%”, diz o professor. O máximo alcançado até hoje foi 0,7% como ajuda ao desenvolvimento. Quando o Sul pressiona o Norte pelo aumento dos recursos, a maioria dos países resiste, alegando que ainda enfrentam prioridades internas.

Na Rio+20 não foi diferente. Os países do G-77 propuseram a criação de um fundo de US\$ 30 bilhões para financiar ações de desenvolvimento sustentável, mas o pleito não foi incluído no documento final. E chegou a virar chacota a inexpressiva ajuda de US\$ 20 milhões para projetos de energia



limpa na África, oferecida pela secretária de Estado americana, Hillary Clinton, em sua breve passagem na Conferência.

Discussão futura – São questões que remetem ao futuro, cenário no qual José Eli navega para elaborar suas conceituações. Quando outros países chegarem ao estágio alcançado por Japão e Alemanha, sem aumento populacional e sem pobreza, surgirão as condições para que a sociedade inicie uma discussão sobre a necessidade de continuar perseguindo o crescimento econômico.

Hoje, sociedades abastadas, em lugar de buscarem a estabilização de suas economias, incentivam o consumo e o desperdício. “Quando países avançados insistem no crescimento econômico, estimulam as pessoas a gastarem mais do que têm, para comprar o que elas não precisam, com o propósito de impressionar quem elas nem sequer admiram”, define.

“Um país avançado, imerso nessas condições, poderia abrir mão do próprio crescimento econômico em função do crescimento de outros menos favorecidos. Mas a realidade é que o a maioria dos países ricos ainda tem pobreza e população crescente, preocupando-se em sanar seus próprios problemas.”

Quando essa discussão sair do plano das ideias e tornar-se possível, países em estágio avançado de desenvolvimento estarão muito mais propensos a ajudar o resto do mundo a resolver o problema da pobreza, sem provocar os mesmos impactos que eles próprios causaram. No momento, os mais suscetíveis a esse tipo de ajuda são os que apresentam menor índice de desigualdade socioeconômica.

Estudo realizado com os 30 países mais desenvolvidos, classificando-os pelo grau de desigualdade, é um bom indicador. Mostra que aqueles com menos desigualdade são os que mais reciclam, têm menor carga de trabalho, mais tempo livre, e são também os que mais ajudam o mundo pobre. Esses países substituem o objetivo do crescimento econômico pelo aumento do bem-estar social.

O PIB na berlinda – A Conferência Rio+20 obviamente situa-se num contexto histórico muito anterior a esse almejado futuro. Ainda persistem a maneira de pensar e as instituições do século 20, época em que o crescimento da produção e do consumo levou ao bem-estar material de alguns países e desembocou nas várias formas de desastres ecológicos enfrentados atualmente.

Nesse sentido, levanta-se a discussão sobre a validade do PIB como indicador e a possibilidade de substituí-lo como medida de desempenho econômico, embora isso não conste do documento aprovado na Conferência da ONU. “É inevitável que esse processo ajude a destravar a traumática substituição do PIB por medida menos tosca de desempenho econômico”, prevê Jose Eli.

Segundo ele, os indicadores precisam levar em conta o desenvolvimento sustentável: o que é produtivo e o que é destrutivo numa sociedade. Precisam distinguir os investimentos que elevam dos que rebaixam a condição humana.

Os critérios podem vir a ser modificados, de forma a medir o crescimento econômico pelo consumo e a renda das famílias e não pelo simples aumento da produção. “Afim, o que interessa saber não é se o produto bruto aumentou tantos por cento, mas se sobrou dinheiro para que as famílias possam realizar seus sonhos. Isso é o que deveria estar no centro das preocupações”, avalia o professor.

Nesses 20 anos, desde a Rio 92, quando o desenvolvimento sustentável foi consagrado como ideia, houve uma proliferação brutal de indicadores de sustentabilidade ambiental, só que nenhuma proposta emplacou. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), embora mais avançado e menos contaminado pelos conceitos do PIB, tem o próprio PIB *per capita* como um de seus componentes.

Desenvolvimento Humano – O professor, autor de *Sustentabilidade: A Legitimação de um Novo Valor*, seu último livro lançado, acredita que desenvolvimento humano combina com a expansão das liberdades, dos direitos humanos no sentido amplo, como, por exemplo, o direito de fazer três refeições ao dia.

O preço disso, até agora, foi a pegada ecológica. Daqui para a frente, o grande desafio é continuar o desenvolvimento humano fazendo com que mais populações expandam seus direitos sem aumentar a pegada ecológica.

“Esta é a grande equação, que remete ao problema da assimetria internacional, que é a desigualdade entre os 20% que consomem demais contra os 80% que não consomem nada. Uma questão que não tem aparecido nas discussões. E os que se mostram preocupados com isso, usam o discurso vira-lata, enfrentando a questão de uma maneira simplista”, reitera José Eli. ■